

PFL já impõe condições para apoiar Governo

Parceiro do Palácio do Planalto desde a reforma ministerial de janeiro, o PFL hoje sente-se dono do Governo, acha que Fernando Collor agora é um presidente fraco e considera-se a única força política capaz de levá-lo a completar o mandato. "Se a gente tirar a mão de cima, o Governo desaba", resume um dos políticos de maior influência dentro do partido. Liderados pelo governador Antônio Carlos Magalhães, os pefeлистas partiram para a operação-salvamento, mas impõem algumas condições.

Já defendem abertamente a saída do ministro Marcílio Mar-

ques Moreira, querem o afastamento de Leonel Brizola do Planalto e já avisam que abandonarão o barco se algum dos grupos que já foram do Governo e hoje estão envolvidos em denúncias de corrupção, partir para retaliação levantando suspeitas sobre a gestão de ministros ou secretários do PFL. "Nosso limite é o dano moral", adverte um ministro de Collor, que já está começando a sentir as pressões, "das velhas igrejinhas".

Convencidos de que a queda da inflação é a única maneira de o Governo recuperar credibilidade e sair do desgaste, os pefeлистas acreditam que a aprovação do projeto de Ajuste Fiscal criará condições para isso, mas acham que Marcílio não é o operador ideal para fazer baixar os índices. O nome mais cotado entre eles é o do ex-ministro da

Fazenda, deputado Delfim Netto, que ainda não foi sugerido ao Presidente. O que o governador da Bahia fez até agora foi, no momento mais crítico da crise, quando nessa semana até mesmo governistas falavam na hipótese de impeachment ou renúncia do Presidente, correr em socorro de Collor. Abrandou o ânimo oposicionista de Ulysses Guimarães e, na noite de terça-feira, sentou-se com o Presidente na Casa da Dinda e com ele começou a elaborar a agenda da reviravolta.

De concreto, há a decisão de tornar o projeto de Ajuste Fiscal mais atraente para os governadores, a fim de facilitar sua aprovação pelo Congresso e, até o início da semana, detalhar uma série de medidas políticas e administrativas com as quais o Governo partiria para a ofensiva.